

Por Antonio Penteado Mendonça



Em 2018, os eventos de origem natural custaram duzentos e vinte e cinco bilhões de dólares, dos quais noventa bilhões foram assumidos pelo setor de seguros. De acordo com as informações, mais de sessenta por cento das indenizações pagas foram em decorrência de eventos acontecidos nos Estados Unidos.

Entre o valor total das perdas e o pago pelas seguradoras há uma diferença de cento e trinta cinco bilhões de dólares que não foram indenizados, ou seja, ficaram por conta das vítimas e dos governos dos países onde os eventos se deram.

Este é o grande drama. A maior parte dos eventos de origem natural não é indenizada por ninguém. Como acontece em países menos desenvolvidos, sem tradição de contratar seguros, acabam caindo na conta dos governos, que, invariavelmente, não dão conta do recado e deixam tudo como estava, com os prejuízos das vítimas sem qualquer tipo de ressarcimento.

Para quem acha que não é assim, vale lembrar o próprio Brasil. Até hoje, parte das vítimas dos desmoronamentos que atingiram a região serrana do Rio de Janeiro alguns anos atrás continua esperando as indenizações prometidas e que nunca chegaram.

Os governos simplesmente jogaram com a passagem do tempo e com a certeza de outras tragédias para deixar os moradores da região serrana com uma mão na frente e outra atrás, sem qualquer amparo mais consistente, logo depois que o assunto saiu das primeiras páginas dos jornais.

Esse tipo de comportamento se repete com enorme regularidade nas mais variadas regiões do mundo, especialmente nos países mais pobres que, exatamente por isso, têm as populações mais pobres e mais vulneráveis a esses danos.

Duzentos e vinte e cinco bilhões de dólares é mais do que o PIB da maioria dos países do mundo. Também é mais do que a capacidade do setor de seguros fazer frente aos danos. E a tendência é que este número cresça ano após ano, até atingir patamares insustentáveis, que exigirão um esforço comum de governos, sociedade, seguradoras, empresas e pessoas físicas para desenvolver as estratégias e táticas necessárias para minimizar os impactos dos novos eventos.

Ações isoladas não terão o condão de minimamente reduzir os impactos de tempestades tropicais, furacões, tornados, granizo, secas e inundações que se abaterão, aleatoriamente, cada vez com maior frequência e mais violência sobre diferentes regiões do globo.

Imaginar que é possível combater os fenômenos naturais atuais com o que as sociedades têm como ferramental para enfrentar os desastres do passado é sonho. Não há a menor hipótese de se conter os danos, até que eles naturalmente percam força e deixem de acontecer.

A prova disso foram os estragos causados pelos incêndios florestais fora de controle, na Califórnia, em 2018. Em 2017, o estado norte-americano já havia sido assolado pelas chamas, mas a diferença da violência das chamas de um ano para o outro dá a dimensão do que poderemos ter pela frente.

A única solução eficiente para evitar prejuízos aos moradores e patrimônios instalados nas regiões mais sujeitas aos eventos naturais é impedir que essas regiões sejam ocupadas.

O problema é que vastas áreas estão ocupadas há muitos anos e não há como remover as populações para outros lugares. Outras estão sendo ocupadas pela falta de outros locais e pela leniência das autoridades, que fazem vista grossa a eventuais invasões praticadas pelos hipotéticos eleitores.

Seja como for, o futuro próximo não promete nada de bom para milhões de pessoas ao redor do planeta.

Para complicar mais o quadro, a elevação do nível do mar não é mera suposição de ecologista querendo criar um fato novo para chamar a atenção para o problema.

Ela está aí, é real e já causa danos no litoral brasileiro. Não é preciso ir além da praia do Tombo, em Guarujá, para ver o que o mar está fazendo com ruas e construções próximas da praia.

O governo brasileiro precisa se mexer, mas não é só ele que deve tomar providências para minimizar um quadro dramático. A sociedade, as empresas em geral e as seguradoras em particular precisam começar a discutir seriamente o assunto. Daqui a pouco tempo será tarde.

**Fonte: SindsegSP**, em 15.02.2019.